



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 12/2019

CARTA CONTRATO Nº 12/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0000945-95.2018.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2018/UTFPR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 05/2018/UTFPR

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E A EMPRESA EGSA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO ANTIFURTOS PARA CONTROLE DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO TRE-RO.

Decorrente da Adesão à Ata de Registro de Preços – ARP n. 05/2018, referente ao Pregão Eletrônico nº 21/2018, gerenciada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná/UTFPR, assinada em 07/12/2018. Vigência por 12 meses, a contar da assinatura.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por intermédio de sua Diretora Geral Substituta, Senhora **ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Brasileira, Casada, Cédula de Identidade nº. 517028, SSP/RO, e CPF nº. 408.521.642-20.

CONTRATADA: empresa **EGS ABRUNHOSA - ME**, que alterou a razão social para: **EGSA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA**, CNPJ n. 26.773.117/0001-00 (evento [0444502](#)), com sede na Avenida Manoel Carneiro de Menezes, n. 13 - A Térreo - Ponte da Saudade, Bairro: Mury,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CEP: 28.615-060, Município de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Telefone(s): (22) 2521-2565/2010-4970/0800-703-5999, E-mail(s): operacional.egs@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor **ERIC GOMES SILVA ABRUNHOSA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG n. 26.951.950-0/SSP-RJ e CPF n. 148.869.567-97.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), a Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil), além da Lei 10.520/2002, Decreto 5.450/2005, Decreto 7.892/2013, alteradas pelo Decreto 9.488/2018, Decreto 9.507/2018, e do Decreto 3555/2000, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: Leis ns. 8666/1993, 10520/2002 e 8078/1990, Decretos Federais ns. 5450/2005, 3555/2000, 7892/2013 e 9507/2018, e Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização: DESPACHO Nº 3365/2019 - PRES/DG/GABDG, de 08/08/2019.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente Carta-Contrato é a aquisição e a instalação de Solução de Segurança Eletromagnética (EM) e Rádio Frequência (RFID) para automatização de serviços de empréstimo, segurança, localização de itens e inventário do acervo bibliográfico da biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme detalhamento especificados abaixo:

Item deste contrato	Item na ARP 005/2018	Especificações complementares: Extraídas do Termo de Referência (0429886), Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 21/2018 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.	Quantidade
		Antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética. Sistema de segurança eletromagnético composto por	01 conjunto (com 2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01	05	<p>um conjunto com 2(duas) hastes, uma central controladora e 1 base de alumínio para sustentação das hastes em solo sem perfuração do mesmo. As hastes devem ser constituídas de materiais duráveis e resistentes a impacto e umidade e possuir altura mínima de 1,75 cm.; com capacidade de detecção em toda a sua extensão formando um corredor único de passagem com tapete de alto fluxo emborrachado e com largura mínima de 0,91 cm entre hastes. A base de alumínio deve atender as seções 6.3.3 e 6.3.7 da NBR9050/2015 e não deve apresentar desnível significativo para o acesso de cadeirantes e pessoas com deficiência visual; A montagem das hastes sobre a base será feita sem perfuração do piso; A caixa eletrônica computadorizada remota deve instalada distante do conjunto de antenas, com distância mínima de 0,47 cm. de estruturas metálicas e colunas de concreto para evitar interferências e operar com sinal que minimize a interferência de equipamentos eletrônicos e massas metálicas. Devem atender as normas brasileiras e internacionais de acessibilidade e segurança a portadores de necessidades especiais. cumprir com as normas de saúde com relação a efeitos em marca passos, aparelhos de audição e outros.; Possuir alarme sonoro e visual embutidos acionáveis sempre que um item contendo fita eletromagnética ativa passar pelo corredor. Deve dispor ainda de contador de fluxo bidirecional de usuários embutido na antena; não causar danos a mídias magnéticas e ópticas; detectar todos os tamanhos de etiquetas eletromagnéticas. Tensão elétrica 110V ou 220V. (*)</p>	unidades)
02	06	<p>Desativador/reativador eletromagnético. Equipamento eletromagnético de desativação e compatível com etiquetas dos principais fabricantes do mercado; de mesa, para livros, revistas, periódicos, CDs,</p>	01 Unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		CDROMs e DVDs; Deve possuir sensor óptico que irá acionar a ativação da etiqueta, eliminando assim a necessidade do operador ligar ou desligar o equipamento no botão; Deve possuir função verificadora de presença de etiquetas eletromagnética ativas; Deve possuir uma luz indicadora que acende quando está ativando e desliga quando o processo for concluído. Não deve ser necessário mais de uma passagem do livro no equipamento para que o processo de ativação ocorra. Acabamento em plástico reforçado. Indicador de direção. Tensão elétrica 110V ou 220V. (*)	
03	07	Etiquetas eletromagnéticas. Fita magnética para livros, revistas e periódicos com cola dos dois lados e ph neutro; Composta por dois filamentos metálicos sendo um contínuo e outro multifracionado de mesma largura garantindo qualidade na detecção; uma camada de papel branco de mesma largura dos filamentos metálicos para auxiliar na ocultação da etiqueta; Dois liners plásticos de tamanhos diferentes para auxiliar na colocação das etiquetas com redução do tempo de instalação e ônus à biblioteca; Tiras plásticas flexíveis para auxiliar a colocação, o liner deve ter elasticidade para, ao ser esticado, não se romper, e assim permitir a aplicação com qualidade. Tamanho: 165 x 0,3 x 3 mm (Comprimento, espessura, largura) para ser compatível com etiquetas já instaladas na UTFPR. (**)	4.000 Unidades
<p>(*) Foi solicitado à compromissária o fornecimento de aparelhos 220V ou bivolts automático;</p> <p>(**) Não foi exigido tamanho compatível com etiquetas já instaladas.</p>			

1.2. Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, a Ata de Registro de Preços, a Proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. Esta Carta-Contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 34.258,00** (trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e oito reais).

Item deste contrato	Item na ARP 005/2018	Especificações extraídas da ARP n. 05/2018	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total do item (R\$)
01	05	Antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética	01 conjunto (com 2 unidades)	01	27.449,00	27.449,00
02	06	Desativador/reativador eletromagnético	Unidade	01	4.449,00	4.449,00
03	07	Etiquetas eletromagnéticas	Unidade	4000	0,59	2.360,00
VALOR TOTAL (R\$)						34.258,00

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do no orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral, Programa de Trabalho 02122057020GP0011, Elemento Despesa 44.90.52.24, conforme Nota de Empenho n. 2019NE000546, de 09/08/2019, a qual será reforçada durante a execução do serviço, caso necessário, consoante detalhamento abaixo:

ORÇAMENTO/CATEGORIA: Ordinário/MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: Reaparelhamento

DESPESA AGREGADA: Máquinas e equipamentos diversos

PLANO INTERNO: AREA PERMAM

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.24 – Equipamentos de segurança

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Capítulo 20 do Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2018 Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Capítulo 14, e item 14.1.5 do Termo de Referência (anexo I do Edital).

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA -IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

7.1. Os produtos fornecidos deverão estar cobertos por garantia padrão, compreendendo os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção ou montagem, pelo período mínimo especificado no item 9.5 do Termo de Referência (anexo I do Edital), a contar da data do recebimento definitivo dos produtos;

7.2. Os serviços de garantia aos produtos deverão ser prestados por empresa credenciada ou pelo próprio fabricante dos produtos fornecidos;

7.3. O CONTRATANTE poderá solicitar o escalonamento de incidentes ao fabricante do equipamento quando se tratarem de correções especiais, defeitos nos programas ou defeito em hardware;

7.4. A garantia iniciará sua contagem a partir da data de emissão de relatório final de instalação dos equipamentos e início do uso;

7.5. Os equipamentos deverão possuir garantia de fábrica de 12 (doze) meses;

7.6. A CONTRATADA ficará responsável pela manutenção de todo o sistema, enquanto durar o prazo de garantia, devendo dispor de suporte técnico por atendimento telefônico de segunda a sexta, das 8:00 às 18:00, atendimentos a e-mails/chamados, realizar acesso remoto (Skype/Fotos/Team Viewer) para atendimento e solução. Deverá realizar correção de BUGS em softwares e hardwares, disponibilizar atendimento com especialista em horário de atendimento in loco ou web agendados, realizar visitas corretivas e repor peças sem custo adicional, realizar suporte contínuo na integração dos equipamentos com o LMS e realizar update de software/firmware;

7.7. Caso sejam necessárias trocas de equipamentos, a solução definitiva deste serviço deverá ocorrer em até 72 horas. O equipamento a ser trocado deverá possuir configuração igual ou superior ao especificado no Termo de Referência (anexo I do Edital);

7.8. As despesas com a retirada e envio dos equipamentos para reparo bem como a substituição de qualquer parte ou peça que apresente defeito durante o período de garantia correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo quaisquer ônus para o TRE-RO.

7.9. Nos preços apresentados deverão estar computadas todas as despesas que incidem sobre o objeto licitado, tais como frete, transporte, mão de obra, embalagens, carga e descarga, deslocamentos de pessoal, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e ainda quaisquer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

outras despesas que incidam ou venham a incidir direta e/ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.

7.10. Na omissão destes dados, será considerado que os mesmos já constam dos citados valores.

8. CLÁUSULA OITAVA -ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Capítulo 12 e 13 do Termo de Referência (anexo I do Edital).

8.2. Prazo de entrega: 30 dias corridos a partir da data de assinatura desta Carta-Contrato, conforme item 12.1 do Capítulo 12 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 21/2018 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

8.3. Local de entrega: No horário comercial, na Seção de Patrimônio - SEPAT do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União, CEP: 76.805-901, na cidade de Porto Velho – RO.

9. CLAÚSULA NONA –GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. No TRE-RO a Gestão desta Carta-Contrato será de responsabilidade da titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – CJD, e a Fiscalização será realizada pela titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral – SEPM, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

9.2. A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

9.3. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registro no relatório de Serviços.

9.4. Os procedimentos adotados são os previstos no Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1. As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência no **Capítulo 14** do Termo de Referência (anexo I do Edital) e da CONTRATADA são aquelas previstas no **Capítulo 15** do Termo de Referência (anexo I do Edital).

10.2. A CONTRATADA deverá instalar os equipamentos.

10.3. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento de 8 horas para a equipe da Biblioteca do TRE-RO, capacitando-a para operar toda a solução, em todas as suas atividades.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Capítulo 20 do Termo de Referência (anexo I do Edital).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor- e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 13 de agosto de 2019.

ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO Pelo CONTRATANTE	ERIC GOMES SILVA ABRUNHOSA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **ERIC GOMES SILVA ABRUNHOSA, Usuário Externo**, em 13/08/2019, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 13/08/2019, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 13/08/2019, às 13:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 15/08/2019, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0444507** e o código CRC **85ACCA3F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 63 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1.0 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, bem como as disposições do Decreto n. 7.892/2013, alteradas pelo Decreto n. 9.488/2018 e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, elabora-se este Termo de Referência.

2.0 – DO OBJETO

Este termo de referência destina-se à aquisição de um **sistema de proteção antifurtos** (bens Permanentes, tipo equipamentos) para controle do acervo bibliográfico da biblioteca deste Tribunal, sob responsabilidade da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) da Secretaria Judiciária e da Gestão da Informação (SJGI), conforme detalhamento e quantidades especificados no quadro adiante.

Item	Item na ARP 005/2018	Especificações extraídas da ARP n. 05/2018	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total do item (R\$)
01	05	Antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética	01 conjunto com 2 unidades	01	27.449,00	27.449,00
02	06	Desativador/reativador eletromagnético	Unidade	01	4.449,00	4.449,00
03	07	Etiquetas eletromagnéticas	Unidade	4000	0,59	2.360,00
VALOR TOTAL DA ADESÃO PRETENDIDA (R\$)					34.258,00	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:

Dar-se-á a aquisição por meio de adesão à **Ata de Registro de Preços - ARP n. 005/2018, derivada do Pregão Eletrônico SRP n. 21/2018 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR**, em conformidade com o Art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 9.488/2018.

2.2 – DA COMPLEMENTAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES:

Item	Item na ARP 005/2018	Especificações complementares: Extraídas do Termo de Referência (0429) Eletrônico SRP n. 21/2018 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
01	05	Antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética. S composto por um conjunto com 2(duas) hastes, uma central controladora e 1 base d em solo sem perfuração do mesmo. As hastes devem ser constituídas de materi umidade e possuir altura mínima de 1,75 cm.; com capacidade de detecção em toda único de passagem com tapete de alto fluxo emborrachado e com largura mínim alumínio deve atender as seções 6.3.3 e 6.3.7 da NBR9050/2015 e não deve ap acesso de cadeirantes e pessoas com deficiência visual; A montagem das hastes sol piso; A caixa eletrônica computadorizada remota deve instalada distante do conjunt 0,47 cm. de estruturas metálicas e colunas de concreto para evitar interferência interferência de equipamentos eletrônicos e massas metálicas. Devem atender as acessibilidade e segurança a portadores de necessidades especiais. cumprir com as em marca passos, aparelhos de audição e outros.; Possuir alarme sonoro e visual item contendo fita eletromagnética ativa passar pelo corredor. Deve dispor ainda usuários embutido na antena; não causar danos a mídias magnéticas e ópticas; de eletromagnéticas. Tensão elétrica 110V ou 220V. (*)
02	06	Desativador/reativador eletromagnético. Equipamento eletromagnético de desati principais fabricantes do mercado; de mesa, para livros, revistas, periódicos, CI sensor óptico que irá acionar a ativação da etiqueta, eliminando assim a necessi equipamento no botão; Deve possuir função verificadora de presença de etiquetas uma luz indicadora que acende quando está ativando e desliga quando o processo t mais de uma passagem do livro no equipamento para que o processo de ativa reforçado. Indicador de direção. Tensão elétrica 110V ou 220V. (*)
03	07	Etiquetas eletromagnéticas. Fita magnética para livros, revistas e periódicos c Composta por dois filamentos metálicos sendo um contínuo e outro multifrac qualidade na detecção; uma camada de papel branco de mesma largura dos filament da etiqueta; Dois liners plásticos de tamanhos diferentes para auxiliar na colocação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		de instalação e ônus à biblioteca; Tiras plásticas flexíveis para auxiliar a colocação, ser esticado, não se romper, e assim permitir a aplicação com qualidade. Tamanho (espessura, largura) para ser compatível com etiquetas já instaladas na UTFPR. (**)
(*) Foi solicitado à compromissária o fornecimento de aparelhos 220V ou bivolts automático;		
(**) Não foi exigido tamanho compatível com etiquetas já instaladas.		

2.2 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

Prazo de entrega: 30 dias corridos a partir da data de assinatura do contrato, conforme **item 12.1 do Capítulo 12 do** Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 21/2018 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

Local de entrega: No horário comercial, na Seção de Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 1889 -Bairro Baixa da União, nesta cidade de Porto Velho – RO.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

3.1 – DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

A Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) tem como atribuição regimental coordenar as atividades relacionadas ao acervo bibliográfico do Tribunal, sobretudo de prestar informações nos processos de aquisição de livros, materiais e equipamentos para a biblioteca.

De acordo com a titular da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (edoc. [0280988](#)), encontra-se instalado na mencionada seção um sistema eletrônico de proteção antifurtos para controle do acervo de livros. Entretanto, desde o retorno do Tribunal para sua sede, constatou-se que o referido sistema apresenta problemas operacionais.

Por sua vez, Seção de Patrimônio do Tribunal verificou não haver custo-benefício para conserto do equipamento e opinou pela aquisição de um novo (edoc. [0337579](#)).

Realizados estudos preliminares expostos na Ata de 14/6/2019 (edoc. [0423486](#)), levantou-se que o sistema antifurto se faz necessário porque, diferente de outras unidades do TRE que armazenam patrimônio, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

biblioteca é frequentada por público externo e há ocorrências esporádicas de furtos de livros. Nessa situação, a responsabilidade patrimonial recai nos servidores da biblioteca.

Dessa forma, justifica-se a aquisição de um sistema automático de controle como forma de evitar furtos do acervo da biblioteca (livros, periódicos, revistas e mídias eletrônicas - CD/DVD), medida entendida como adequada para resguardar o patrimônio, além potencialmente identificar os possíveis autores de furtos e, ainda, afastar responsabilizações indevidas de servidores lotados na referida unidade.

3.2 – DA JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA

A aquisição de um sistema de proteção antifurtos constituído por um par de antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética, um Desativador/reativador eletromagnético e Etiquetas eletromagnéticas fixadas nos livros é a solução mais adequada para atender a demanda registra no DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA ([0401235](#)).

O estudo comparativo das soluções possíveis, seu custo x benefício e sua capacidade de atender à demanda está registro na Ata juntada no evento [0423486](#) e nos estudos de ANÁLISE DE VIABILIDADE, evento [0425751](#).

4.0 – DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Do Planejamento:

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este projeto básico detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, a locação de banheiro químicos pretendida vai ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

3.4 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e manter as unidades da Justiça Eleitoral em perfeitas condições de atendimento ao público interno e externo.

4.2 DA JUSTIFICATIVA DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Justifica-se a adesão à ata de registro de preços antes informada pela vantajosidade financeira demonstrada no capítulo 5 deste TR. Não há processo administrativo em curso objetivando adquirir equipamentos ou bens semelhantes àqueles objeto deste termo de referência. Também inexistiu adjudicatário ou contratado para fornecimento dos mesmos objetos neste órgão.

Sob o aspecto normativo, a utilização de Ata de Registro de Preços por outro órgão da Administração Pública não participante do certame, é faculdade regulada pelo art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 9.488/2018, de modo que, durante sua vigência, a ARP poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

De acordo com o § 3º do referido dispositivo, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Por sua vez, o § 4º determina que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Nesses termos, cumpridas as premissas iniciais, optou-se pela adesão à ARP aqui identificada.

4.3 DOS VALORES DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

O valor da presente aquisição é de **R\$ 34.258,00** (trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais), correspondente ao somatório dos bens descritos no capítulo 2. Descrição dos elementos da adesão:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ÓRGÃO GESTOR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFP) - UASG – 153019**ÓRGÃO ADERENTE:** Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia-TRE/RO – UASG -070024**FORNECEDOR:** : EGS Abrunhosa ME – CNPJ: 26.773.117/0001-00.**INSTRUMENTO :** ARP n. 005/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 21/2018**MATERIAL:** BENS PERMANENTES.

ITEM DA AQUISIÇÃO E N° NA ARP	MATERIAL	QUANT. DO PREGÃO	QUANT. A ADERIR	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01/05	Antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética	05	01 CONJUNTO	27.449,00	27.449,00
02/06	Desativador/reactivador eletromagnético	05	01 UNIDADE	4.449,00	4.449,00
03/07	Etiquetas eletromagnéticas	80.000	4.000	0,59	2.360,00
TOTAL					34.258,00

As despesas para aquisições imediatas pelo TRE-RO, **Órgão aderente**, correrão com recursos do Orçamento Anual 2019 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

ORÇAMENTO/CATEGORIA: Ordinário/MANUTENÇÃO GERAL**AGREGADOR:** Reaparelhamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPESA AGREGADA: Máquinas e equipamentos diversos

PLANO INTERNO: AREA PERMAM

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.24 – Equipamentos de segurança

VALOR-R\$ 34.258,00 (trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais).

5.0 – DA DEMONSTRAÇÃO DA VANTAJOSIDADE

Foi realizada pesquisa de preços para estimar o valor da aquisição do sistema antifurto. Embora possa ser encontrado valores para as partes individuais dos itens do sistema, esse procedimento não seria eficaz porque todos os equipamentos devem ser de igual marca e modelo, vendidos conjuntamente para formar o sistema.

Como só foram localizados 2 preços públicos (o terceiro extraído dos Banco de Preços e juntado no evento [0429863](#) não pode ser aproveitado porque se trata de outra tecnologia), lançou-se mão de consultas a fornecedores especializados. Os resultados estão demonstrados no quadro adiante:

Itens do sistema	Especificação	Unidade	Qtd.	Preço 1 equalizado para manutenção 12 meses e 4.000 etiquetas - evento 0407626
01, 02 e 03	Sistema constituído por antenas eletromagnética, Desativador reativador e etiquetas.	01 conjunto com 2 unidades	01	38.173,00

Valor registrado na ARP n. 005/2018 da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Verifica-se uma economia em relação aos valores praticados no âmbito da administração pública, além de outras vantagens, tais como:

I - Agilidade na contratação, evitando os longos prazos de eventual certame, apresentação de amostras, publicações, etc;

II - Economia de custos de uma nova licitação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Redução dos riscos de contratação porque o fornecedor passou pelo crivo do certame original.

6.0 – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cumprimento ao art. 20 da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal, apresentamos os seguintes elementos para instruir a aquisição:

6.1. Inexiste adjudicatário ou contratado para fornecimento dos mesmos objetos neste órgão;

6.2. Não há Participação em SRP do órgão gestor da ARP (inciso II): Prejudicado porque não se trata de órgão local.

6.3. Vantagem da adesão (inciso III): Demonstrada no **item 5.0** deste Termo de Referência a economia após cálculo médio dos preços praticados na *administração pública*, além de outros fatores de ordem não econômica que merecem ser considerados.

6.4. Documentos necessários (inciso IV): Foram juntados os seguintes documentos:

a) Pesquisa de Preços: Como demonstrado no Capítulo 5 deste Termo de Referência. Quando possível, comparou-se com preços praticados na administração pública;

b) Consulta ao Órgão Gerenciador: O Órgão gerenciador foi favorável à adesão ([0430468](#));

c) Manifestação do Fornecedor: O fornecedor manifestou interesse no fornecimento, quantitativo e qualitativamente conforme o respectivo edital ([0430043](#));

d) Atos que regem a contratação:

- Cópia do Edital e anexos ([0429875](#), [0429886](#), [0429891](#), [0429894](#) e [0429896](#)).

- Comprovação de publicação do Edital no DOU ([0429899](#) e [0429902](#));

- Cópia da ARP assinada e com vigência de 12(doze) meses contados a partir de sua assinatura ([0429916](#));

- Comprovação de publicação do Extrato de Registro de Preços DOU, com vigência de 12 meses: O órgão não publica o extrato da ARP. Contudo, para não restar dúvidas da publicidade, foi juntado o termo de adjudicação e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

homologação do certame ([0429920](#) e [0429921](#)), assim como os relatórios extraídos do SIASGnet comprovam a vigência da ARP n. 005/2018 até 07/12/2019 ([0430468](#)).

7.0 – DA CONTRATAÇÃO

Conforme o **capítulo 16** do Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2018 Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. A minuta do contrato - que deverá ser objeto de ajustes neste órgão - Anexo IV do referido edital, foi juntada no evento [0429896](#).

8.0 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

8.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Estabelecidas no **Capítulo 14** do Termo de Referência (anexo I do Edital) e na **Cláusula Décima** da minuta do contrato, Anexo IV do edital.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Estabelecidas no **Capítulo 15** do Termo de Referência (anexo I do Edital) e na **Cláusula Décima** da minuta do contrato, Anexo IV do edital. Destacam-se: **I** - A contratada deverá instalar os equipamentos; **II** - A contratada deverá fornecer **treinamento de 8 horas** para a equipe da Biblioteca do TRE-RO, capacitando-a para operar toda a solução, em todas as suas atividades.

9.0 - DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Estabelecidas no **Capítulo 12 e 13** do Termo de Referência (anexo I do Edital). Os materiais deverão ser recebidos pela Seção de Patrimônio - SEPAT.

10.0- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Estabelecidas no **Capítulo 20** do Termo de Referência (anexo I do Edital).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.0 - DO PAGAMENTO

Conforme **Capítulo 20** do Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2018 Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; **Capítulo 14, item 14.1.5** do Termo de Referência (anexo I do Edital) e **Cláusula Quinta** da minuta do contrato, Anexo IV do edital.

12.0 - DA GARANTIA

Execução do contrato: Dispensada na forma do **Capítulo 15** do Edital.

Dos equipamentos: Mínimo de 12 meses, com prestação de serviços de manutenção no período da garantia, devendo dispor de suporte técnico por atendimento telefônico de segunda a sexta, das 8:00 às 18:00, atendimentos a emails/chamados, realizar acesso remoto (Skype/Fotos/Team Viewer) para atendimento e solução. Deverá realizar correção de BUGS em softwares e hardwares, disponibilizar atendimento com especialista em horário de atendimento in loco ou web agendados, realizar visitas corretivas e repor peças sem custo adicional, realizar suporte contínuo na integração dos equipamentos com o LMS e realizar update de software/firmware;

13.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização do ajuste será realizada pelo titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A Gestão do contrato será de responsabilidade da titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registro no relatório de Serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.0 – DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

- 1 – Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2018 e seus anexos (([0429875](#), [0429886](#), [0429891](#), [0429894](#) e [0429896](#));
- 2 – Ata de Registro de Preços n. 5/2018 ([0429916](#));
- 3 – Aviso de Licitação no DOU ([0429899](#) e [0429902](#));
- 4 – termo de adjudicação e homologação do certame ([0429920](#) e [0429921](#)), assim como os relatórios extraídos do SIASGnet comprovam a vigência da ARP n. 005/2018 até 07/12/2019 ([0430468](#));
- 5 - Solicitação e anuência do Fornecedor ([0430040](#) e ([0430043](#));
- 6 - Solicitação/Autorização do Órgão Gerenciar ([0430468](#))
- 7 - Cotação de Preço ([0407626](#), [0407626](#), [0429863](#), [0429865](#), [0429870](#));
- 8 – Certidões ([0431403](#)).

Em 05 de julho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assistente de Gabinete, em 16/07/2019, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Secretário(a) Judiciário e de Gestão da Informação, em 16/07/2019, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO YÊRCO MENDIZABEL CABRERA**, Coordenador(a), em 17/07/2019, às 11:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0431404** e o código CRC **F17CA55D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000945-95.2018.6.22.8000

0431404v7

Criado por 001150482305, versão 7 por 001150482305 em 16/07/2019 13:54:56.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000945-95.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA
INFORMAÇÃO

ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 05/2018 –
AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO ANTIFURTOS

PARECER JURÍDICO Nº 0437954 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO – SJGI, com a finalidade de adquirir Bens Permanentes, tipo equipamentos consistente em aquisição de **SISTEMA DE PROTEÇÃO ANTIFURTOS**, via à adesão a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N. 05/2018 (evento 0429916)**, resultante do PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2018 (evento [0429875](#)), gerenciada pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFP.

02. Ocorre que a motivação da contratação ora pretendida se deu tendo em vista que o sistema eletrônico de proteção antifurtos para controle do acervo de livros da biblioteca, danificou-se devido a enchente de 2014. Constatou-se por meio da Manifestação 1635 ([0337579](#)) que o bem não foi classificado como recuperável, conforme art. 3º, inciso II do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Decreto Federal n. 9.373/18. Segundo o documento acostado no evento [0401235](#), o objeto da pretensa contratação se enquadra no conceito de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.

03. Para instruir os autos juntou-se Portaria 210 ([0406091](#)) instituindo a equipe de planejamento de contratação de TIC. Após estudos preliminares da equipe de planejamento, reuniram-se os membros para traçar uma solução mais apropriada para atender a demanda, resultando na Ata COMAP ([0423486](#)).

04. Registre-se que os itens 05, 06 e 07 da referida ata, correspondente ao objeto pretendido, pertence a **EGS ABRUNHOSA ME – CNPJ n. 26.773.117/0001-00.**

05. Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, elaborou-se o Documento de Oficialização da Demanda – DOD n. [0401235](#)/2019 e a Análise de Viabilidade n. [0425751](#)/2019, bem como expediu-se a Portaria n. 210/2019 ([0406091](#)), designando a equipe de planejamento de contratação.

06. Destaca-se que, no DOD n. [0401235](#)/2019, a secretária da SJGI mencionou que a contratação pretendida não consta no Plano de Contratações de TIC 2019. Diante disso, o instrumento foi submetido ao GABDG para deliberação, Despacho 1367 ([0404384](#)).

07. No **Termo de Referência n. 63/2019** ([0431404](#)), entre outras informações, consta que a demanda foi dimensionada no valor de **R\$ 34.258,00.**

08. Para instrução do feito, ainda, juntou-se:

a) Pesquisas de Preços – Serviços de manutenção ([0429858](#)) – serviços de manutenção IF Ba ([0429859](#)) – Banco de Preços ([0429863](#)) – Valor estimado UTFP ([0429865](#)) e Valor estimado UFSM ([0429870](#));

b) Cópia do **Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2019** e anexos ([0298750](#)), o comprovante de publicação do Edital de Licitação UTFPR no Diário Oficial da União – DOU de 24/10/2018 e 07/11/2018 ([0429899](#) e [0429902](#));

c) Cópia do Termo de Referência ([0429886](#)), cópia da Minuta ARP ([0429891](#)), cópia do Modelo de Proposta ([0429894](#)) e cópia da Minuta do Contrato ([0429896](#));

d) Cópia da Proposta vencedora da Licitação ([0429912](#)), cópia da **Ata de Registro de Preços n. 005/2018** ([0429916](#)), Anexo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Adjudicação do Pregão 21/2018 ([0429920](#)), Anexo Homologação do Pregão 21/2018 ([0429921](#));

e) Autorização de Adesão a ARP n. 005/2018 UTFP ([0430040](#)) e a, respectiva, anuência do Fornecedor ([0430043](#)), Autorização do Órgão Gerenciador ([0430468](#));

f) Certidão Negativa EGS - Trabalhista, do FGTS, CNJ e Tributos Federais e DAU ([0431403](#)),

09. Mediante Análise de Termo de Referência/Projeto Básico n. 80/2019 ([0436104](#)), a coordenadora da COMAP concluiu que o referido documento se encontra em **consonância** com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. Ainda, tendo em vista a vigência da ata de registro de preços ser até 07/12/2019 e a regular instrução do processo, manifestou pela **adesão e adjudicação do objeto à empresa compromissária mencionada**, caso o TR seja aprovado.

10. Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária ([0436236](#)), no valor de **R\$ 34.258,00**, para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I, do mesmo dispositivo, ambos da LC n. 101/2000 (LRF), informa “*que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, e proposta orçamentária 2019 registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*”

11. A SECONT elaborou Solicitação de Diligência ([0437345](#)) à CJD para informar sobre a vigência do ajuste da pretendida aquisição. Em resposta foi comunicado que o prazo da entrega do bem é de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura, que o procedimento de instalação do equipamento será em 10 (dez) dias, a instalação e treinamento em 05 (cinco) dias, sendo necessário vigência de 15 (quinze) meses e a garantia deverá ser adequada aos 12 (doze) meses ([0437574](#)).

12. Por fim, veio aos autos a Minuta SECONT ([0437802](#)).

13. Assim instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

15. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

16. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

17. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

18. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, forçoso reduzir-se à obediência da Resolução n. 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça que trata das diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário. Diante disso, é necessário fazer as ponderações abaixo.

19. No tocante aos documentos essenciais resultantes da etapa de estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que foi elaborado apenas a Análise de Viabilidade n. [0425751](#)/2019 - PRES/DG/SAOFC/COMAP. Contudo, não se verifica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

irregularidade, haja vista o valor da contratação pretendida se encontrar no limite legal permitido, consoante § 3º do art. 12 da resolução citada.

20. Quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, as diretrizes específicas foram integralmente observadas no caso em tela.

IV – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21. A contratação ora pretendida pela Administração tem sua origem em ata de registro de preços gerenciado pela **UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**, dessa forma, este Tribunal atua na condição de “**carona**”, situação jurídica definida pelo **artigo 22 e parágrafos do Decreto n. 7.892/2013**, recentemente alterado pelo **Decreto n. 9.488/2018**.

22. Verifica-se que a adesão é regular porquanto a pretensão da Administração está no limite do quantitativo dos itens registrados na ARP n. 005/2018, nos termos do que estabelece o § 3º do artigo 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013, vejamos:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

(...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. (Negritou-se)

23. Neste particular, convém registrar que a regra prevista no § 3º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013 foi alterada pelo Decreto n. 9.488/2018, com vigência para este dispositivo a partir de 1º/10/2018, nos seguintes termos, *verbis*:

Art. 22. [...]

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

24. Esse Decreto n. 9.488/2018, publicado em agosto de 2018, também, trouxe outras alterações, inclusive estabelecendo novos limites para adesões às Atas de Registro de Preços (ARP) para toda a Administração Pública Federal, impondo novos quantitativos tanto para o total da ARP quanto individualmente por órgão ou entidade não participante. Isso obrigou a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, órgão central do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

baixar orientação em relação a essas alterações, podendo ser consultada no seguinte endereço eletrônico disponibilizado pela AGU – Advocacia Geral da União: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/694211>, e também no site do Portal de Compras do Governo Federal: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1005-irp-noticia>>, nos seguintes termos:

[...]

Dessa forma, seguem as orientações em relação a aplicabilidade do Decreto nº 7.892/13:

a) Quanto à regra do §1º-A, art. 4º: por se tratar de regra processual, a nova redação aplica-se a todas as publicações da Intenção de Registro de Preços (IRP).

b) Quanto aos estudos mencionados nos §§ 1º-A e 1º-B, art. 22: por se tratar de regra de eficácia limitada, somente serão exigidos após a edição de ato normativo do Secretário de Gestão. Futuras adesões e aquelas que estão em andamento não são atingidas pela regra.

Importante: esclarece-se que o dispositivo não trata de aprovação de estudo pelo gerenciador, mas sim de critérios/regras que deverão ser obedecidas pelos caronas como condição para que possam solicitar adesão às ARPs. Não é instrumento de validação, mas de padronização.

c) **Quanto às regras dos §§ 3º e 4º, art. 22:** serão aplicáveis somente aos editais publicados após a entrada em vigor do Decreto, permanecendo inalteradas as adesões posteriores às atas decorrentes de editais publicados ainda sob a égide da disposição original do Decreto nº 7.892/13.

d) Quanto às regras dos §§ 10 e 11, art. 22: atingem somente os novos processos, salvo edição de ato normativo do Secretário de Gestão em contrário.

(Grifou-se).

25. Com efeito, nos termos da letra “c” da orientação acima transcrita, os novos limites são aplicáveis à adesão pretendida, tendo em vista a ARP n. 005/2018 é decorrente Pregão Eletrônico n. 21/2018, cujo edital foi publicado no DOU dia 24/10/2018 e 07/11/2018 (conforme eventos [0429899](#) e [0429902](#)), ou seja, sob a égide do Decreto nº 9.488/18 em sua redação original, devendo ser considerado os limites estabelecidos no referido decreto.

26. Após análise dos autos, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos pelo § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008, pois há manifestação expressa do interesse do compromissário da ARP n. 005/2018 em realizar a contratação, nos termos da alínea “c”, inciso IV, § 1º, do Art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Com relação à validade dessa ARP do Pregão Eletrônico n. 21/2018 - UTEP ([0429875](#)), o entendimento da CGU - Controladoria Geral da União em cartilha onde trata de Sistema de Registro de Preços-Edição Revisada do ano de 2014, especificamente na Pergunta n. 33, anota que o prazo de validade da ARP se dá conforme estiver estabelecido na própria documento, veja-se:

33. O prazo da validade da ARP inicia a contagem na data da assinatura ou de sua publicação no D.O.U.?

O prazo de início da validade é definido na própria ata de registro de preços, sendo que o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas as eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº8.666, de 1993. Dessa forma, **o prazo de validade da ARP inicia na data de sua assinatura se assim estiver estabelecido na própria ata.** (Grifou-se).

28. No caso em apreço, o prazo de validade da mencionada ARP foi definido no **item 4 da própria ata**, sendo de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 07/12/2018 à 07/12/2019.

29. Ademais, atento ao comando basilar do **Princípio da Publicidade**, esta Assessoria Jurídica orienta às unidades que **continuam realizando a publicação dos atos do certame no DOU** e, quando eventualmente interessadas em adesão de atas de registro de preços, que verifiquem previamente a forma de sua divulgação, **dando sempre preferência àquelas que ampliam a publicidade dos atos com a publicação no Diário Oficial da União**, como ocorrido no presente caso.

30. Por sua vez, o Termo de Referência n. 63/2019 ([0431404](#)) - integrado pelas regras do edital de licitação do órgão gerenciador, além das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços n. 005/2018, reúne os elementos necessários à caracterização do objeto (art. 14 da Lei n. 8.666/93) além dos elementos essenciais definidos no **art. 9º, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05, podendo ser apresentado a autoridade superior para aprovação.**

31. Cabe salientar que, na eventualidade de **aplicação de sanções** à futura contratada, deverão ser observadas as penalidades descritas no item 22 do Edital de Pregão Eletrônico n. 21/2018 fls. 16 ([0429875](#)) e item 20 do Termo de Referência fls. 19 ([0429886](#)), conforme o disposto no item 10 do Termo de Referência 63, evento [0431404](#).

V – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

32. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui que:

a) a Administração **poderá autorizar a adesão deste órgão à ARP n. 005/2018 (0429916), gerenciada pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFP** com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 e art. 22, do Decreto Federal n. 9.488/18.

33. Ressalta-se que este Regional deverá **efetivar a aquisição em até 90 (noventa) dias**, contados da autorização do órgão gerenciador da ARP (§ 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013).

34. Orienta-se, também, que os requisitos mínimos para contratar com o setor público, como regularidade fiscal e trabalhista, sejam **novamente aferidos e comprovados no ato da efetivação da contratação.**

35. Ainda, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, esta Assessoria Jurídica APROVA os termos da minuta do Contrato (0437802), estando este instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.

36. Por fim, registra-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, motivo pelo qual deverá a Administração observar rigorosamente a aquisição dos bens nos parâmetros qualitativos e quantitativos, sem descuidar dos valores consignados na Ata de Registro de Preços a que este Tribunal está aderindo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 24/07/2019, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 24/07/2019, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0437954** e o código CRC **2D8D3446**.

0000945-95.2018.6.22.8000

0437954v11

Criado por 004891562321, versão 11 por 004891562321 em 24/07/2019
16:37:14.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000945-95.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA
INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de Sistema de Proteção antifurtos, via adesão à Ata de Registro de Preços n. 05/2018, resultante do Pregão Eletrônico n. 21/2018, gerenciada pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFP

DESPACHO Nº 3365 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação - SJGI, com a finalidade de adquirir Bens Permanentes, tipo equipamentos para composição do **SISTEMA DE PROTEÇÃO ANTIFURTOS**, conforme especificado no item 2 do Termo de Referência n. 63/2019 (evento [0431404](#)), via adesão à **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N. 05/2018** (evento [0429916](#)), resultante do PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2018 (evento [0429875](#)), gerenciada pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFP.

Nos termos do item 2 da referida ata, o objeto pretendido, pertence a: EGS Abrunllosa ME, CNPJ: 26.773.117/0001-00, cuja contratação foi dimensionada em **R\$ 34.258,00** (trinta e quatro mil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

duzentos e cinquenta e oito reais) pela unidade solicitante, conforme descrito no item 4.3 do Termo de Referência acima citado.

Não estando a demanda prevista no Plano de Contratações de TIC 2019 ([0370091](#) e [0403849](#)), elaborou-se o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) ([0401235](#)) aprovado por esta Diretoria Geral ([0404384](#)).

Juntou-se Portaria 210 ([0406091](#)) instituindo a equipe de planejamento de contratação de TIC. Após estudos preliminares da equipe de planejamento, reuniram-se os membros para traçar uma solução mais apropriada para atender a demanda, resultando na Ata COMAP ([0423486](#))

O feito foi instruído com a cópia do Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2018 e anexos ([0429875](#), [0429886](#), [0429891](#), [0429894](#) e [0429896](#)), aviso de Licitação no DOU ([0429899](#) e [0429902](#)), ARP 05/2018 assinada ([0429916](#)), adjudicação do bem no pregão n. 21/2018 ([0429920](#)), homologação do pregão 21/2018 ([0429921](#)), solicitação ao fornecedor ([0430040](#)), autorização do fornecedor ([0430043](#)), Autorização do Gerenciador ([0430468](#)), Pesquisas de Preços – Serviços de manutenção ([0429858](#)) – serviços de manutenção IF Ba ([0429859](#)) – Banco de Preços ([0429863](#)) – Valor estimado UTFP ([0429865](#)) e Valor estimado UFSM ([0429870](#)) e certidões negativa ([0431403](#)).

A COMAP, unidade responsável pela avaliação dos Termos de Referências, consoante o item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, concluiu que o Termo de Referência encontra-se em **consonância** com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. Por fim, manifestou pela autorização da **adesão à ARP 05/2018 e adjudicação do objeto à empresa compromissária mencionada** ([0436104](#)).

A SPOF realizou a programação orçamentária no valor total de **R\$ 34.258,00 (trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e oito reais)** para custear a despesa, conforme evento [0436236](#).

Em seguida os autos foram remetidos a SECONT que elaborou o minuta do instrumento contratual juntando-o ao evento n. [0437802](#), remetendo-s para análise da AJDG ([0437804](#)).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou pela: **a) aprovação do Termo de Referência**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 63/2019 ([0431404](#)); b) autorização de adesão deste órgão à ARP n. **005/2018** ([0429916](#)); c) aprovação dos termos da minuta do Contrato ([0437802](#)), d) efetivação da aquisição em até 90 (noventa) dias da data da autorização do órgão gerenciador, nos termos do artigo 22, §6º do Decreto 7.892/13; e e) comprovação da regularidade fiscal atual da empresa no ato da efetivação da contratação ([0437954](#)).

No mesmo sentido manifestou-se a SAOFC ([0438359](#)).

Vieram os autos para apreciação por esta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que o Termo de Referência n. 63/2019 ([0431404](#)) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, às disposições do art. 22, do Decreto n. 7.892/2013 e ao art. 20, da IN TRE/RO n. 004/2008.

Importa mencionar ainda que, conforme item 5 do TR, a contratação por meio de adesão à Ata de Registro de Preço - ARP demonstrou-se consideravelmente mais vantajosa para a Administração, resultando em uma contratação mais célere, econômica e com redução de riscos na contratação. Consta, ainda, no item 6.1 do Termo de Referência informação acerca da **inexistência de adjudicatário ou contratado neste órgão** para o fornecimento do objeto dos presentes autos.

Há motivação para a contratação ora pretendida tendo em vista que o sistema eletrônico de proteção antifurtos para controle do acervo de livros da biblioteca, danificou-se devido a enchente de 2014, sendo constatado por meio da Manifestação 1635 ([0337579](#)) que o bem não foi classificado como recuperável, conforme art. 3º, inciso II do Decreto Federal n. 9.373/18, fazendo-se necessária nova aquisição.

A ARP N. 05/2018 (evento [0429916](#)) do Pregão Eletrônico n. 21/2018 (evento [0429875](#)) encontra-se dentro do período de validade, tendo em vista tal prazo haver sido definido no item 4 - da ata de registro de preços ([0429916](#)), sendo de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura, compreendendo o período de 07/12/2018 a 07/12/2019.

Verifica-se, também, que a pretensa adesão se mostra regular tendo em vista não superar o limite do quantitativo dos itens registrados na ARP n. **005/2018** ([0429916](#)), considerando-se a nova redação dada ao § 3º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, pelo Decreto n. 9.488/2018, limitou em **cinquenta por cento dos quantitativos dos**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, uma vez que, nos termos da tabela constante da referida ata, quanto aos itens 5, 6 e 7, os quantitativos dos bens são de 5 unidades de antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética, 5 desativadores/reativadores eletromagnéticos e 80.000 unidades de etiquetas eletromagnéticas e a aquisição pretendida é de 1 (uma) unidade do item 5, 1 (uma) do item 6 e 4.000 (quatro mil) unidades do item 7 respectivamente, conforme se verifica no item 2.0 do TR n. 63/2019 ([0431404](#)).

De toda instrução dos presentes autos, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos pelo § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008, pois há manifestação expressa do interesse do compromissário da ARP n. **005/2018** ([0430043](#)) em realizar a contratação, nos termos da alínea “c” inciso IV § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008.

Ante o exposto e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP 66/2018, esta Diretoria-Geral:

1 – APROVA o Termo de Referência nº. 63/2019 ([0431404](#)), porquanto possui os elementos mínimos exigidos pelo § 2º, do artigo 9º, do Decreto 5.450/05 e art. 14, da Lei 8.666/93;

2 - AUTORIZA a despesa, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços n. 05/2018 (evento 0429916), resultante do **Pregão Eletrônico n. 21/2018** (evento [0429875](#)) – gerenciada pela **Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFP**, cuja signatária é a empresa **Egs Abrunhosa Me.**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.773.117/0001-00, com arrimo no inc. II do art. 15 da Lei 8666/93 e art. 22 do Decreto nº. 7.892/2013, **com vistas à aquisição do sistema de proteção antifurtos** composto por 01 (uma) antena para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética, 01 (um) desativador/reativador eletromagnético e 4.000 (quatro mil) unidades de etiquetas eletromagnéticas, conforme especificado no item 2.0, do Termo de Referência, observando-se, de forma rigorosa, os parâmetros qualitativos e quantitativos na contratação pleiteada, bem como os valores consignados na referida Ata de Registro Preços e o prazo para aquisição do objeto, o qual deverá ser de 90 (noventa) dias contados da autorização do órgão gerenciador da ARP (§ **6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013**);

3 - AUTORIZA a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa EGS Abrunhosa ME, inscrita no CNPJ: 26.773.117/0001-00, no valor total de **R\$ 34.258,00** (trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oito reais), condicionada à comprovação de regularidade fiscal atual da empresa no ato da efetiva contratação.

À **SAOFC** para prosseguimento do feito visando à contratação na forma proposta.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Diretor(a)-Geral - Em Substituição, em 08/08/2019, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0438674** e o código CRC **5683008F**.

0000945-95.2018.6.22.8000

0438674v45

Criado por 011001942313, versão 45 por 006205542321 em 07/08/2019 17:32:57.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ADESÃO ARP DE OUTRO ÓRGÃO GERENCIADOR

Espécie: Extrato de Adesão à Ata de Registro de Preços n. 05/2018, assinada em 07/12/2018, resultante do Pregão Eletrônico n. 21/2018-SRP, gerenciada pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ/UTFPR, com vigência de 12 meses, a contar da data da assinatura. Carta-Contrato do TRE-RO n. 12/2019, assinada em 13/08/2019, vigência de 15 (quinze) meses, a contar da data da assinatura. Empresa Fornecedora: EGSA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, CNPJ n. 26.773.117/0001-00. Objeto: **I) Item 05 da ARP. Antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética.** Sistema de segurança eletromagnético composto por um conjunto com 2(duas) hastes, uma central controladora e 1 base de alumínio para sustentação das hastes em solo sem perfuração do mesmo. As hastes devem ser constituídas de materiais duráveis e resistentes a impacto e umidade e possuir altura mínima de 1,75



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cm.; com capacidade de detecção em toda a sua extensão formando um corredor único de passagem com tapete de alto fluxo emborrachado e com largura mínima de 0,91 cm entre hastes. A base de alumínio deve atender as seções 6.3.3 e 6.3.7 da NBR9050/2015 e não deve apresentar desnível significativo para o acesso de cadeirantes e pessoas com deficiência visual; A montagem das hastes sobre a base será feita sem perfuração do piso; A caixa eletrônica computadorizada remota deve instalada distante do conjunto de antenas, com distância mínima de 0,47 cm. de estruturas metálicas e colunas de concreto para evitar interferências e operar com sinal que minimize a interferência de equipamentos eletrônicos e massas metálicas. Devem atender as normas brasileiras e internacionais de acessibilidade e segurança a portadores de necessidades especiais. cumprir com as normas de saúde com relação a efeitos em marca passos, aparelhos de audição e outros.; Possuir alarme sonoro e visual embutidos acionáveis sempre que um item contendo fita eletromagnética ativa passar pelo corredor. Deve dispor ainda de contador de fluxo bidirecional de usuários embutido na antena; não causar danos a mídias magnéticas e ópticas; detectar todos os tamanhos de etiquetas eletromagnéticas. Tensão elétrica 110V ou 220V. Unid. 1 conj. com 2unid. Qtd. 01. Vlr. Unit. R\$ 27.449,00. Vlr Item R\$ 27.449,00; **II) Item 06 da ARP. Desativador/reactivador eletromagnético.** Equipamento eletromagnético de desativação e compatível com etiquetas dos principais fabricantes do mercado; de mesa, para livros, revistas, periódicos, CDs, CDRoms e DVDs; Deve possuir sensor óptico que irá acionar a ativação da etiqueta, eliminando assim a necessidade do operador ligar ou desligar o equipamento no botão; Deve possuir função verificadora de presença de etiquetas eletromagnética ativas; Deve possuir uma luz indicadora que acende quando está ativando e desliga quando o processo for concluído. Não deve ser necessário mais de uma passagem do livro no equipamento para que o processo de ativação ocorra. Acabamento em plástico reforçado. Indicador de direção. Tensão elétrica 110V ou 220V. Unid. 1. Qtd. 01. Vlr. Unit. R\$ 4.449,00. Vlr Item R\$ 4.449,00; e **III) Item 07 da ARP. Etiquetas eletromagnéticas.** Fita magnética para livros, revistas e periódicos com cola dos dois lados e ph neutro; Composta por dois filamentos metálicos sendo um contínuo e outro multifracionado de mesma largura garantindo qualidade na detecção; uma camada de papel branco de mesma largura dos filamentos metálicos para auxiliar na ocultação da etiqueta; Dois liners plásticos de tamanhos diferentes para auxiliar na colocação das etiquetas com redução do tempo de instalação e ônus à biblioteca; Tiras plásticas flexíveis para auxiliar a colocação, o liner deve ter elasticidade para, ao ser esticado, não se romper, e assim permitir a aplicação com qualidade. Tamanho: 165 x 0,3 x 3 mm



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Comprimento, espessura, largura) para ser compatível com etiquetas já instaladas na UTFPR. Unid. Qtd. 4000. Vlr. Unit. R\$ 0,59. Vlr Item R\$ 2.360,00. Valor Total da Adesão: R\$ 34.258,00. Nota de Empenho n. 2019NE000546, de 09/08/2019. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza da Despesa: 44.90.52-24. Fundamento Legal para contratação: Leis ns. 8666/1993, 10520/2002 e 8078/1990, Decretos Federais ns. 5450/2005, 3555/2000, 7892/2013 e 9507/2018, e Pregão Eletrônico n. 21/2018-SRP e seus anexos. Ato de Autorização: Despacho nº 3365/2019 - PRES/DG/GABDG, de 08/08/2019. Signatários da Carta-Contrato: pelo Contratante, Senhora ÁUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretora Geral Substituta do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor ERIC GOMES SILVA ABRUNHOSA. Processo SEI n. 0000945-95.2018.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 14/08/2019, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0444928** e o código CRC **C6BB13F6**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 9 por 006007062364 em 14/08/2019 09:47:43.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 09Ago19 NUMERO: 2019NE000546 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 26773117/0001-00 - EGSA TECNOLOGIA E INOVACAO LTDA
ENDERECO : MANOEL CARNEIRO DE MENE 13 A MURY
MUNICIPIO : 5867 - NOVA FRIBURGO UF: RJ CEP: 28615-060
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMISSION DE NOTA DE EMPENHO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, CONFORME ARP 05/2018 DA UTFPR (0429916), PARECER JURÍDICO DA AJDG (0437954) E DESPACHOS NRS 3365 DA DIRETORIA GERAL (0438674) E 3687 DA SAOFC (0443181) DO PROC ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 449052 000000 AREA PERMAN
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00009459520186228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 34.258,00
TRINTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 24 -EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGUR

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 27.449,00
VALOR DO SEQ. : 27.449,00

CONJUNTO COM 02 UNIDADES DE ANTENAS PARA DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE FURTOS
TECNOLOGIA ELETROMAGNÉTICA - CONFORME DEMAIS DESCRIÇÃO DO ITEM 05 DA ARP
05/2018 DA UTFPR.

SEQ.: 2 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 4.449,00
VALOR DO SEQ. : 4.449,00

UNIDADE DE DESATIVADOR/REATIVADOR ELETROMAGNÉTICO, CONFORME DEMAIS DESCRIÇÃO
DO ITEM 06 DA ARP N° 05/2018 DA UTFPR.

SUBTOTAL : 31.898,00

AUREA CRISTINA
SALDANHA
OLIVEIRA40852164220

irleda.maria@
tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 157, quinta-feira, 15 de agosto de 2019

EXTRATO DE RESCISÃO

Proc. Prot. N.º 0009787-23.2017.6.14.8000. O Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará toma pública a rescisão amigável do Contrato n.º 54/2017, celebrado entre o TRE/PA e TIEKO VALENTE WAKIYAMA, com efeitos a partir de sua assinatura, com fundamento no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Terceira do referido contrato. Data da assinatura: 13/08/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO 47/2019

Nº PAD 2424/2019. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: MB ENGENHARIA E COMÉRCIO EIRELI. CNPJ da Contratada: 31.483.566/0001-45. Objeto: Prestação de serviços de engenharia para adequação em geral e acessibilidade do Fórum Eleitoral de Altonia - PR. Valor: R\$ 48.208,00. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10.520/02. Vigência: 02/08/2019 a 01/12/2019. Data de Assinatura: 02/08/2019.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2019

Nº PAD 4777/2019. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: PGE INCORPORADORA DE OBRAS LTDA. CNPJ da Contratada: 06.303.138/0001-46. Objeto: Prestação de serviços de engenharia para adequação em geral e acessibilidade do Fórum Eleitoral de Campo Largo - PR. Valor: R\$ 42.166,00. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10.520/02. Vigência: 08/08/2019 a 07/12/2019. Data de Assinatura: 08/08/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n.º1 ao Contrato n.º 061/18. SEI n.º. 0026151-52.2018.6.18.8000. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ETC. OBJETO: acréscimo de R\$ 39.325,00, a partir de 01 de agosto de 2019, VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: passará a importar no montante de R\$ 196.625,00. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, I, alínea "b", § 1.º da Lei n.º 8.666/93, e Cláusula Décima Segunda, Item 12.8, Instrumento contratual. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa - 0212605707832001; Natureza da Despesa - 339093; Valor do Empenho: 39.325,00. DATA DE ASSINATURA: 31/07/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Alda Isabela Saravia Landim Lessa, Diretora-geral e pela Contratada, Agnaldo Firmino de Andrade, Gerente e Valmir Ribeiro de Freitas, Chefe de Seção.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 30/2019. Processo SEI Nº 0016132-57.2018.6.18.8000. CONTRATADA: R N MARQUES ARAUJO - EPP - CNPJ Nº 02.717.699/0001-30. OBJETO: Fornecimento, mediante execução e instalação de mobiliário confeccionado sob medida (estantes metálicas moduladas fixas), para armazenamento vertical de Umas Eletrônicas, através de módulos de armazenamento, tipo porta-paletes, a serem instalados no Depósito de Umas do TRE-PI. VALOR DA CONTRATAÇÃO: importância total de R\$ 117.800,00 (cento e dezasseis mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 02.122.0570.20GP.0022 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, sob o ED Nº 4.4.90.52 - Material Permanente. VIGÊNCIA: pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de recebimento definitivo dos bens. DATA DA ASSINATURA: 14/08/2019. ASSINAM: Pelo TRE, Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva, Secretário de Administração Orçamento e Finanças e, pela contratada, o Sr. James Pereira dos Santos.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo 0006051-15.2019.6.18.8000. OBJETO: Contratação da Inscrição de 2 (dois) servidores no "CURSO PRÁTICO: RETENÇÕES NA FONTE DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS/CMS)". VALOR DA DESPESA: R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programas de Trabalho nº 02.122.0570.20GP.0022; Elemento da Despesa nº 3.3.90.39. CONTRATADO: NTC TREINAMENTOS EVENTOS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF: 10.614.200/0001-98. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 25, I c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93. RATIFICAÇÃO: em 13/08/2019, por Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho, Diretor - Geral do TRE/PI, autoridade delegada pela Portaria TRE/PI 114/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 5/2019 - CEDM/TRE-RN

1) Proc. Adm. Eletrônico n.º 16436/2018 - 1) Objeto: Desfazimento de bens do tipo BENS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, classificados como OCIOSOS (409 itens) e RECUPERÁVEIS (782 itens), mediante Transferência Externa e/ou Doação, podendo manifestar interesse, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste Edital, para a Transferência Externa, os órgãos públicos da União; ou, para a doação, exclusivamente para fins e uso de interesse social, observada a ordem de preferência a seguir elencada: a) as autarquias e fundações públicas federais; b) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações públicas; e c) excepcionalmente, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, mediante ato motivado da autoridade máxima do órgão ou da entidade, nos termos do Decreto n.º 9.373, de 11 de maio de 2018, da Portaria n.º 50/2019-DG-TRE/RN e da Portaria n.º 365/2018-GP-TRE/RN. O Edital, contendo as informações, e os bens a serem distribuídos encontram-se listados no sítio <http://www.tre-rn.jus.br/transparencia/transparenciaexterna>. ANDRÉA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS - Presidente da CEDM/TRE-RN.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE RESCISÃO

Termo de Rescisão Unilateral do Contrato n.º 13/2019, referente à prestação, em sistema integrado, de serviços de copelagem, atendimento telefônico, jardinagem e serviços gerais nas instalações atuais e futuras do TRE-RS, em Porto Alegre, firmado entre o TRE-RS e a empresa Labor Serviços de Aseio e Conservação Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, I da Lei 8.666/1993. Data da rescisão: 10-8-2019. SIGNATÁRIA: Des. Marilene Bonzanini. Proc. SEI N.º 0003900-92.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 13-8-2019.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 30/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor: MZ Segurança Privada Ltda., pelo preço total mensal de R\$ 148.349,86.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 34.396/2018. Termo Aditivo ao Contrato nº 4/2019, de prestação de serviços de postos de trabalho de carregadores para o Calu e Rodrigues Alves. CONTRATADA: Foco Serviços Especializados Eireli. CNPJ: 12.894.679/0001-99. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94. OBJETO: Repactuação referente ao período de 01/03 a 31/01/2021. VALOR ADITADO: R\$40.897,57. VALOR PARA 2019: R\$16.094,25, conforme Nota de Empenho nº 947/2019. VALOR PARA 2019 E 2020: R\$24.803,32. ELEMENTO DA DESPESA: 3390.37 - Locação de Mão de Obra - Pessoa Jurídica. PROGRAMA: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE-RJ.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/201

Processo nº 2019.0.000027159-4. O Sr. Diretor-Geral torna pública a homologação da licitação mediante Pregão Eletrônico Nº 28/2019, destinado à aquisição de materiais de fixação, hidráulica, lógica, telefonia, pintura e construção civil, sendo vencedoras as empresas SISU COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA para os itens 1 e 5, pelos valores de R\$1.096,95 e R\$1.278,80, respectivamente; SINGULAR PRODUTOS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI para o item 2, pelo valor de R\$1.129,95; EDSANDRO PRESTES TRINDADE 13511158710 para o item 3, pelo valor de R\$1.920,00; SOLARIS TELEINFORMATICA LTDA para os itens 4 e 8, pelos valores de R\$1.318,50 e R\$2.059,20; KRIMA VENDAS E SERVIÇOS ELETRICOS EIRELI para os itens 6 e 10, pelos valores de R\$1.719,00 e R\$12.144,00, respectivamente; OSMAR DA SILVA EIRELI para o item 9, pelo valor de R\$2.340,00; R.A.C. CUNHA MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO EIRELI para o grupo 3 e os itens 11 e 13, pelos valores de R\$1.382,92, R\$2.339,60 e R\$8.578,80, respectivamente; FIBRA COT 100 TINTAS LTDA para o item 12, pelo valor de R\$3.284,96; DANAC DISTRIBUIDORA LTDA para os grupos 1 e 4, pelos valores de R\$2.209,00 e R\$1.685,98, respectivamente; REYNET CABEAMENTO ESTRUTURADO - EIRELI para o grupo 2, pelo valor de R\$1.870,06; e HABIB DECORAÇÕES DE ITAUBA LTDA para o grupo 5 e o item 14, pelos valores de R\$3.250,20 e R\$8.480,00, respectivamente.

BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE ADESSÃO A REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato de Adesão à ARP n.º 05/2018, de 07/12/18, Pregão Eletrônico 11/18-SRP da Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR, Carta-Contrato 12/2019, assinada 13/08/19, vigência de 15 meses. Empresa: EGSA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 26.773.117/0001-00. Objeto: I) Item 05 da ARP. Antenas para detecção e prevenção de furtos tecnologia eletromagnética. Unid. Conj. Qtd. 1. Vir. Unit. 27.449,00; II) Item 06 da ARP. Desativador/reativador eletromagnético. Unid. Qtd. 1. Vir. Unit. 4.449,00; e III) Item 07 da ARP. Etiquetas eletromagnéticas. Unid. Qtd. 4000. Vir. Unit. 0,59. Valor Total: 34.258,00. Empenho 2019NE000546, de 09/08/19. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza da Despesa: 44.90.52-24. Fundamento legal: Lei 8666/1993, Decretos 7892/2013 e 9507/2018. Ato de Autorização: Despacho 3365/19 - GABDO, de 08/08/19. Signatários: AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAÇÓ, Diretora Geral do TRE-RJ, e pela Contratada, ERIC GOMES SILVA ABRUNHO. Processo SEI 0000945-95.2018.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 11/2019

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as seguintes licitantes: a) 11.142.525/0001-88 - CLEBER NASCIMENTO DA ROSA, item 2, valor R\$ 2.070,00; b) 15.479.369/0001-04 - G. GAMA LTDA, item 12, valor R\$ 5.200,00; c) 20.965.430/0001-55 - JULIO CESAR PINTO CORDEIRO, item 15, valor R\$ 22.713,03; d) 27.307.079/0001-94 - LG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, item 4, valor R\$ 3.180,52; e) 28.350.435/0001-66 - GERALDO C GUITTI, item 5, valor R\$ 14.400,00; f) 29.843.035/0001-74 - SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI, item 7 e 9, valor R\$ 16.451,30 e g) 70.429.956/0001-99 - OLMIR IORIS & CIA LTDA, item 1, valor R\$ 30.875,70. Julgados os recursos, o Pregoeiro encerrou a sessão e adjudicou o objeto às vencedoras. Os itens 5, 6, 8, 10, 11, 13 e 14 restaram fracassados. Valor total do certame R\$ 94.900,55.

ANDERCELDSON REIS
Pregoeiro

(SIDEI - 14/08/2019) 070024-00001-2019NE000057

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2019

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 12/07/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem como objeto a eventual contratação de empresa apta a prestar serviço de conexão de dados de acesso à internet em quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

JANDERSON DE MEDEIROS TEIXEIRA
Assessor Jurídico

(SIDEI - 14/08/2019) 070028-00001-2019NE000033



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019061500108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

